

- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial ao custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Reversão do reconhecimento do Passivo Financeiro

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.3. Concessões - Ativo financeiro

A Companhia possui contrato de concessão por 30 anos, vigente no período de 29 de julho de 1998 a 28 de julho de 2028, para exploração da atividade de distribuição de gás natural por meio de gasodutos em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Para os investimentos realizados nos últimos dez anos da concessão, iniciado em 29 de julho de 2018, a Companhia reconhece como “Ativo financeiro”, o crédito a receber previsto no contrato firmado com o poder concedente, visto que possui o direito incondicional de receber indenização ao fim do contrato, referente aos bens edificados e não recuperados por meio da utilização operacional dos bens. Esses Ativos Financeiros estão registrados pelo valor do direito R\$ 23.327 (R\$ 10.003 em 2021) os quais são atualizados com base na taxa contratual do IGP-DI, e irão compor a base de indenização. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

3.4. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, débito nas operações de venda de gás e distribuição, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

3.5. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior.

3.6. Direito de Uso/Arrendamento CPC 06(R2)

A Companhia segue a norma do CPC 06 (R2) e foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, com o objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro, especialmente quanto ao aluguel da sede.

3.7. Intangível

Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelo sistema de distribuição de gás natural em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 10).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos, os quais são remunerados via tarifa definido no contrato de concessão. O método de amortização utilizado pela Companhia, reflete o padrão de consumo descrito no contrato de concessão, para a formação de tarifa, sendo 10 anos.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento são classificadas no ativo intangível. Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas redes de distribuição foram capitalizados como parte de seus custos.

3.8. Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10, a Companhia possui provisão de redução para perda do valor recuperável constituído sobre seus ativos intangíveis.

3.9. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de serviços

As receitas de vendas decorrem da comercialização e distribuição de gás natural canalizado, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização.

A Companhia avaliou o conteúdo do pronunciamento do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, e não identificou impactos em relação as práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis.

3.10. Benefícios a empregados

A Companhia não dispõe de plano de benefício pós-emprego.

3.11. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.13. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9 % sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar R\$ 27.033 (R\$ 22.796 em 2021), sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.14. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme BRGAAP, aplicável somente às Companhias abertas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	141	216
Aplicações financeiras	67.376	21.925
Total	67.517	22.141

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 22.

As aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez diária, são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco. As aplicações possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade e, em 31 de dezembro de 2022 e em 2021, e não possui nenhuma operação objeto de swap em sua carteira.

As aplicações financeiras em CDB e Fundo DI são remuneradas por taxas variáveis, referenciadas ao CDI em média 101% (96% do CDI em 2021) tendo como emissores bancos oficiais, as quais tiveram uma variação relevante neste ano, devido à compensação de créditos de PIS e COFINS em aproximadamente 35 milhões, para quitação de tributos correntes, sem a necessidade de descaixa financeiro.

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados.

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes	84.341	62.026
Vendas incorridas e não faturadas	22.547	9.114
106.888	71.140	
(-) Provisão para perdas esperadas	(24)	(31)
106.864	71.109	

Provisão para perdas esperadas

A Companhia desenvolveu um índice de perdas/histórico para aplicar sobre o contas a receber, o estudo realizado pela Companhia engloba o valor das perdas efetivas nos últimos três exercícios (2019, 2020 e 2021) somados a inadimplência dos títulos em aberto a mais de 180 dias até 31 de dezembro de 2021, comparados com o faturamento total no mesmo período, o índice obtido foi aplicado sobre o faturamento de dezembro de 2022, para constituir a provisão para perdas esperadas no recebimento de créditos.

6. Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Outros impostos a recuperar	3.333	29.670
3.333	29.670	
Circulante	3.177	29.468
Não Circulante	156	202
3.333	29.670	

A Companhia, por meio da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS), ingressou em juízo, em agosto de 2016, com pedido para realizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, pedido este que teve trânsito em julgado em 28 de janeiro de 2019. A Companhia reconheceu contabilmente em dezembro/2021, os créditos de PIS e da COFINS referente à exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições tanto do período abrangido pelo processo judicial com Trânsito em Julgado bem como do período Pós Trânsito em Julgado. Dos créditos de PIS e COFINS restaram um saldo de R\$ 2.642. Os demais créditos no valor de R\$ 690 referem-se a PIS e COFINS a recuperar e ICMS s/ ativos intangíveis.

7. Impostos diferidos

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Provisão para perdas esperadas	8	-	11	-
Ajustes a valor justo adiantamentos de clientes	2.949	-	2.643	-
Impairment sobre intangível	9.890	-	9.890	-
Provisão para perdas ações judiciais	154	-	154	-
Ativo Financeiro	-	-	-	21
	13.001	-	12.698	21

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

As movimentações dos impostos diferidos ocorreram da seguinte forma:

	Ativo	Passivo
Saldo em 1º de janeiro de 2021	10.879	621
(-) Diminuição	(961)	(660)
(+) Aumento	2.780	59
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.698	20
(-) Diminuição	(1.665)	(30)
(+) Aumento	1.968	10
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.001	-

8. Intangível

Custo	Saldo líquido 31/12/2020	Adições	Transfe- rências	Baixas	Saldo líquido 31/12/2021
Terrenos	1.300	0	0	0	1.300
Edificações, obras e benfeitorias	3.780	133	2.036	0	5.949
Máquinas e equipamentos	1.554	93	0	0	1.647
Veículos	1.501	0	0	0	1.501
Móveis e utensílios	2.017	42	14	0	2.073
Computadores e periféricos	4.412	2.129	0	0	6.541
Softwares	3.899	580	0	0	4.479
Sistema de distribuição de gás natural	256.775	0	12.265	0	269.040
(-) Impairment sist.de dist.de gás natural	-29.089	0	0	0	-29.089
246.149	2.977	14.315	0	0	263.441
Amortização					
Edificações, obras e benfeitorias	-827	-368	0	0	-1.195
Máquinas e equipamentos	-774	-105	0	0	-879
Veículos	-631	-150	0	0	-781
Móveis e utensílios	-1.197	-149	0	0	-1.346
Computadores e periféricos	-2.363	-296	0	0	-2.859
Softwares	-2.788	-200	0	0	-2.988
Sistema de distribuição de gás natural	-154.804	-14.454	0	0	-169.258
-163.584	-15.722	0	0	0	-179.306
Obras em andamento					
Sistema de distribuição de gás natural	21.782	15.818	-11.601	-165	25.834
Almoxarifado de projetos	7.491	3.718	-163	-2.714	8.332
29.273	19.536	-11.764	-2.879	0	34.166
Ativo financeiro	-3.291	-5.498	0	0	-8.789
108.547	1.293	2.551	-2.879	0	109.512

Custo	Saldo líquido 31/12/2021	Adições	Transfe- rências	Baixas	Saldo líquido 31/12/2022
Terrenos	1.300	0	0	0	1.300
Edificações, obras e benfeitorias	5.949	167	1.477	0	7.593
Máquinas e equipamentos	1.647	65	0	0	1.712
Veículos	1.501	397	0	0	1.898
Móveis e utensílios	2.073	213	0	0	2.286
Computadores e periféricos	6.541	115	0	0	6.656
Softwares	4.479	407	0	0	4.886
Sistema de distribuição de gás natural	269.040	674	28.173	0	297.887
(-) Impairment sist.de dist.de gás natural	-29.089	0	0	0	-29.089
263.441	2.038	29.650	0	0	295.129
Amortização					
Edificações, obras e benfeitorias	-1.195	-624	0	0	-1.819
Máquinas e equipamentos	-879	-111	0	0	-990
Veículos	-781	-170	0	0	-951
Móveis e utensílios	-1.346	-157	0	0	-1.503
Computadores e periféricos	-2.859	-494	0	0	-3.353
Softwares	-2.988	-239	0	0	-3.227
Sistema de distribuição de gás natural	-169.258	-15.534	5	0	-184.787
-179.306	-17.329	5	0	0	-196.630
Obras em andamento					
Sistema de distribuição de gás natural	25.834	14.694	-27.736	0	12.792
Almoxarifado de projetos	8.332	305	-1.919	1	6.719
34.166	14.999	-29.655	1	0	19.511
Ativo financeiro	-8.789	-12.878	0	0	-21.667
Subvenção governamental	0	358	0	0	358
109.512	-12.812	0	1	0	96.701

A Companhia entende que o prazo de vida útil dos ativos em concessão é de 10 anos conforme a taxa de amortização de 10% prevista no contrato. O ativo intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de distribuição de gás natural canalizado e demais compras de bens móveis e foram reconhecidos pela diferença entre o total dos investimentos realizados, em fase de produção, e o valor reconhecido como “Ativo financeiro”.

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado um Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência delas ao negócio da Companhia.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

A partir de 2008, com o advento da Lei nº 11.638/07, a Companhia vem realizando estudos visando à avaliação da provisão constituída, adotando-se o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia adota a taxa IGP-DI para ajustar ao valor presente o seu ativo financeiro, a taxa é divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A Companhia aplica a referida taxa, a qual está definida no contrato de concessão para remuneração dos investimentos efetuados nos últimos 10 (dez) anos da concessão.

9. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de gás natural	72.255	45.711
Fornecedores diversos	2.771	3.765
75.026	49.476	

A Petróleo Brasileiro S.A.-PETROBRAS, é o único fornecedor de gás natural canalizado na região da Companhia.

10. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Brasil/FCO		
Circulante	4.829	4.745
Não Circulante	9.772	14.648
14.601	19.393	

Os financiamentos com recursos do Banco do Brasil destinaram-se à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de distribuição de gás natural canalizado.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

2023	2024	2025	Total
4.829	4.878	4.894	14.601